



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Ofício nº 05/2021-EI

Rosário do Sul, 07 de junho de 2021.

Prezado(a) Senhor(a) **Flori Jorge Paris**, representante legal da **Associação Moto Clube Roda Livre**
Rua Barão do Cerro Largo, nº 1630
CNPJ sob nº 28.931.463/0001-96
Nesta Cidade

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos, por intermédio deste, perante Vossa Senhoria, informar sobre a **existência de Emenda Impositiva de Bancada**, no valor total de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), para fins de apoiar financeiramente a Entidade, quando da realização da emenda ao projeto nº 3.975 de 24 de dezembro de 2020 – LOA, conforme planilha abaixo:

<u>Emenda de Bancada</u>		
Bancada	VALOR EMENDA	OBJETIVO
PDT VER. MARIA EUGÊNIA	R\$ 10.000,00	APOIO FINACEIRO A ENTIDADE

Cumprir referir que, a associação beneficiária da emenda impositiva deverá observar os **Decretos Municipais nº 032 de 19 de maio 2017 e Decreto Municipal nº 16, de 17 de março de 2020**, bem como os requisitos dispostos na **Lei Municipal nº 3.700, de 03 de janeiro de 2017 e na Lei Federal nº 13.019 de 2014** e suas alterações para fins de andamento da aludida emenda.

Para tanto deverá apresentar **PLANO DE TRABALHO**, ao Departamento de Licitações, conforme modelo em anexo, no prazo, improrrogável, de 15 (quinze) dias, conforme Art. 10 do Decreto Municipal nº 16, de 17 de março de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Deverá, ainda, apresentar a seguinte documentação junto com o Plano de Trabalho:

I - regularidade jurídica:

- a) cópia do ato constitutivo da entidade e das suas alterações devidamente registradas, que estejam em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019/2014, bem como para comprovar o ramo da atividade;
- b) cópia da última ata de eleição da diretoria, devidamente registrada, em que conste a relação de dirigentes atuais da organização da sociedade civil;
- c) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme seu estatuto social, com respectivo endereços, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas na legislação vigente, especialmente quanto ao conteúdo deste Decreto;

II - regularidade fiscal e trabalhista:

- a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove a existência e a efetiva atividade da entidade há, no mínimo, 1 (um) ano;
- b) cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil tem como domicílio fiscal de sua sede administrativa o endereço registrado no CNPJ;
- c) prova de regularidade com as Fazendas, Estadual e Municipal, mediante a apresentação das respectivas certidões;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Federal, inclusive com as contribuições devidas ao Instituto Nacional de Seguridade Social, mediante a apresentação da respectiva certidão;
- e) certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e,
- f) certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

III - cópia dos alvarás de funcionamento, alvará sanitário e alvará de proteção e prevenção contra incêndio, quando for o caso;

IV - documentos que comprovem a experiência prévia, com efetividade, do objeto da emenda ou de natureza semelhante;

V - documentos que comprovem as instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

VI - declaração do representante legal da entidade informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014, conforme anexo;

VII - prova da propriedade ou posse legítima do imóvel, como escritura, matrícula do imóvel, contrato de locação, comodato ou outro tipo de relação jurídica, caso seja necessário à execução do objeto pactuado;

VIII - prova de que a entidade requerente não tem nenhuma pendência relativa a prestações de contas de recursos anteriormente recebidos no âmbito de parcerias ou instrumentos congêneres;

IX - certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 12.101/2009, se houver;

X - no caso de organização da sociedade civil de utilidade pública ou de interesse público, comprovação da qualificação, através de certificado ou declaração de que, na sua área de atuação, é reconhecida por órgão ou entidade federal, estadual ou municipal, nos termos da legislação pertinente;

XI - prova de inscrição junto ao conselho municipal referente a sua área de atuação, sempre que tal for condição de funcionamento da entidade prevista em lei;

XII - outros, tais como documentos de regularidade técnica e econômica financeira, que poderão ser exigidos pela Administração Pública, de acordo com a natureza da entidade beneficiária e a atividade que desenvolve.

XIII - certificado de Filantropia, se houver;

XIV - declaração do representante legal da entidade responsabilizando-se integralmente por qualquer problema decorrente da aplicação do recurso objeto do repasse, inclusive no caso de necessidade de devolução do respectivo valor, apontada por órgão de controle interno ou externo.

64
f



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Por fim, ressalta-se que se deve realizar pesquisa de preços no mercado, para formalização do objeto do plano de trabalho a ser apresentado, levando-se em conta que os orçamentos colhidos devem ser confeccionados em papel timbrado do fornecedor, com identificação do CNPJ e assinatura do responsável, datados e com a devida descrição dos produtos e/ou serviços orçados, atribuindo-lhes o respectivo valor, devendo ser tomado por base o menor preço apresentado, quando da aquisição, nos termos do Art. 24 do Decreto Municipal 16/2020.

Sendo assim, informo que a associação beneficiária acima referida, **deverá, em 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento do presente ofício, sob pena de perder o valor que lhe foi disponibilizado, tomar as providências cabíveis para viabilizar que a Administração Pública possa dar cumprimento a emenda impositiva realizada junto a lei orçamentária anual.**

Sendo o que se apresentava para o momento,

Walter Reis Severo,
Secretário Municipal de Coordenação, Planejamento e Meio Ambiente.

05



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

PLANO DE TRABALHO¹

1. DADOS DO PROPONENTE				
Nome:				
CNPJ:				
Endereço (Rua, nº, bairro):				
Telefone:				
E-mail:				
Responsável Legal:				
CPF:				
Cargo ou Função:				
2. PROPOSTA DE PARCERIA				
Interesse Público envolvido:				
Público Alvo:				
Diagnóstico da realidade atual:				
Objetivos (Resumo dos benefícios esperados):				
Prazos previstos:				
3. DESPESAS				
3.1 -PROGRAMA:				
NOME DO PROGRAMA:				
Justificativa:				
Indicador de desempenho associado:				
Unidade de Medida:				
Fórmula de Cálculo:				
Data de Referência:				
Valor/Índice na Data de Referência:				
0" (Sem parâmetro inicial)				
3.1.1 – OBJETIVO:				
Descrição da Meta:				
Atender índice de satisfação médio				
Índice/Valor pretendido para a meta:				
Justificativa:				
3.1.2 – AÇÕES				
4. PREVISÃO DAS RECEITAS				
5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO				
Mês	Despesas Previstas	Repasso Município	Receitas Previstas Rendimentos	Total
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Maio				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Totais				

Data e assinatura

¹ Fonte: Apostila, Curso IGAM. Parcerias e emendas impositivas em ano eleitoral - 2020;

06
P



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
SECRETARIA MUNICIPAL COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA DE OSC
NAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO (ART. 39 DA LEI Nº 13.019/2014)²**

Eu, _____, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, representante legal da(o) _____ (nome da OSC), declaro para os devidos fins de direito que a entidade referida, bem como seus dirigentes, não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Sendo assim, a citada entidade:

- a) Está regulamentemente constituída (ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar em território nacional);
- b) Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- c) Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração/fomento (ou acordo de cooperação), estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- d) Não teve as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, (observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019/2014);
- e) Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- f) Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e
- g) Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Locas e data.

(Nome do Representante Legal da OSC)
(Cargo do Representante Legal da OSC)

² Fonte: Apostila, Curso IGAM. Parcerias e emendas impositivas em ano eleitoral - 2020;

fo
p